

AÇÃO EDUCACIONAL JESUÍTICA NO BRASIL COLONIAL

Amanda Melissa Bariano de Oliveira¹
Universidade Estadual de Maringá
amanda.melissa2@hotmail.com

Resumo: Ação educacional jesuítica no Brasil colonial é um estudo sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil Colônia. Entender a importância dos jesuítas na catequese, alfabetização e instrução dos filhos dos colonos e dos indígenas constitui o principal objetivo desse estudo. Os primeiros jesuítas chegaram às terras brasileiras em 1549, enquanto a publicação oficial do *Ratio Studiorum*, principal documento educacional produzido pela Companhia de Jesus só se deu em 1599. Dessa forma, transcorreram-se quase 60 anos em que a ação educacional dos jesuítas se deu sem qualquer normalização *a priori*, tendo sido mais uma experiência nascida do ambiente e das condições históricas, principalmente, se for considerado o isolamento quase total em que viveram os jesuítas do primeiro século no Brasil.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. Educação. Aculturação.

Introdução

A história da educação no Brasil tem início com a vinda dos padres jesuítas no final da primeira metade do século XVI, inaugurando a primeira, a mais longa e a mais importante fase dessa história, observando que a sua relevância encontra-se nas consequências resultantes para a cultura e civilização brasileiras.²

Em pelo menos dois séculos, os jesuítas constituíram na colônia portuguesa do Brasil uma presença cultural e social relevante. Embora inseridos no contexto de regime colonial e submetidos às regras do poder do reino português, “os missionários foram responsáveis pela criação da primeira rede de ensino no país e pela construção de numerosas obras”, com o objetivo de integrar as culturas indígenas e européias.³

A Companhia de Jesus foi criada “no espírito reformador” da Igreja Católica, denunciando, da mesma forma que outras ordens que a precederam, “o estado tido como pouco cristão que as ordens religiosas tradicionais se encontravam”.⁴

A ordem jesuítica foi fundada por Inácio de Loiola, em 1534, tendo sido aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540, por meio da bula papal *Regimini militantis ecclesiae*.⁵

Essa congregação surgiu em uma época de lutas religiosas, particularmente contra os luteranos, que se espalhavam pelas cidades francesas. Essas lutas, que tinham como armas a fé inabalável, a disposição a todos os sacrifícios e a disciplina exemplar, tornaram seus missionários uma força eficaz contra o protestantismo e implantação do poder da Igreja entre os povos infiéis.⁶

Os jesuítas formaram as primeiras legiões de missionários que se dispuseram a deixar a Europa e a se dedicar à catequese do gentio nas novas terras. Por 210 anos, de 1549, quando chegaram ao Brasil, até 1759, quando se deu a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal, foram praticamente os únicos educadores do Brasil.⁷

Dada a importância da Companhia de Jesus na História da Educação brasileira, torna-se relevante abordar os principais aspectos da metodologia utilizada pelos jesuítas em terras do Brasil colônia.

Ação educacional jesuítica no Brasil Colonial

O Brasil esteve sob o jugo colonial do reino de Portugal desde o seu descobrimento, em 22 de abril de 1500, até a data de sua Independência em sete de setembro de 1822. Esses 322 anos de domínio português podem ser subdivididos em dois períodos: período colonial, quando as ordens emanavam da Metrópole para o Brasil (22.4.1550 a 06.3.1808), e período do Brasil - Corte, desde a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808 até 16 de dezembro de 1815, data em que foi editada a Carta de Lei, elevando o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tal condição perdurou até a Proclamação da Independência, em 1822. Nesse estudo, porém, considera-se como período colonial o período entre o descobrimento e a Proclamação da Independência (22.4.1500 a 07.9.1822).

A Igreja dominava de forma soberana pelo batismo, o qual era tão necessário para a vida civil como para a salvação da alma; pelo casamento, que podia permitir anular o impedimento dirimente, ou seja, aquele que anulava o matrimônio; pelos sacramentos; pela excomunhão, que incapacitava para todos os sacramentos e separava

da comunicação dos santos; pela morte, permitindo ou negando sufrágios, deixando que o cadáver descansasse em lugar sagrado junto aos irmãos ou “apodrecesse em companhia dos bichos”. Dominava, também, pelo ensino, limitando e definindo crenças.⁸

Como não poderia deixar de ser, a Igreja Católica Apostólica Romana, com base sólida no reino de Portugal e na condição de religião oficial daquela monarquia, logo se interessou em trazer a sua religião para a nova colônia, visando, principalmente, converter os gentios que existiam aos milhares, por meio da fundação de aldeias indígenas destinadas à catequese, e oferecer educação aos filhos dos colonos, com a criação de colégios educacionais e seminários. Portanto, sempre que partiam esquadras de Portugal havia pelo menos um representante da Igreja Católica a bordo.⁹

Embora Portugal controlasse, rigidamente, a circulação de livros ou a instalação de imprensa na Colônia, os jesuítas conseguiram organizar uma rede de ensino. Essa atividade educacional teve como aspecto positivo o fato de dar continuidade ao ensino da língua portuguesa aos filhos dos colonos e para os filhos dos índios, o que permitiu não só a consolidação dessa língua e dos costumes lusitanos, como também contribuiu para a homogeneidade da língua em todo o território nacional.

É importante destacar que Portugal foi uma das poucas nações que aceitaram de forma incondicional as decisões do Concílio de Trento, visando a sustentar os princípios dogmáticos da Igreja Católica diante da Reforma Protestante.

Dessa forma, surgiu uma aliança entre o Estado português e a Igreja Católica denominada de “padroado”. Por esse padroado, por concessão do papa, os monarcas portugueses exerciam o governo religioso e moral no reino e nas colônias. Assim, o monarca detinha, também, o poder espiritual sobre seus súditos, podendo deles exigir doações e taxas para a Igreja, além de administrar a cobrança do dízimo e controlando sua distribuição entre as paróquias e a diocese.¹⁰

A história religiosa regular na colônia teve início com o governo de Tomé de Souza, e com ele chegaram ao Brasil, em 1549, os jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega, que juntamente com José de Anchieta, realizou um grandioso trabalho, no Brasil, primeiramente, pela dedicação à catequese entre os índios, ensinando-lhes os princípios básicos da religião católica, combatendo o contato deles com os europeus, a

poligamia, o antropofagismo. Dedicaram-se, especialmente, à evangelização dos indiozinhos (os curumins), além de ensina-lhes a ler e a escrever em língua portuguesa.¹¹

O plano jesuíta de catequizar e educar eram implementados rapidamente: “enquanto se fundava a cidade de Salvador, quinze dias após chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever”, início de uma política de instrução, mantida inalterada através dos séculos, “de abrir sempre uma escola onde quer que erigissem uma igreja”.¹²

Dessa forma, inaugurou-se a partir da Bahia um movimento que se estendeu para o Sul, até São Vicente. Foi o padre Manoel da Nóbrega, “grande apóstolo da instrução”, que concebeu “o plano de levantar sobre os alicerces do ensino toda a obra de catequese e de colonização”.¹³

Esse jesuíta se empenhou na sua realização, “determinando, desde 1550, que se construíssem casas ‘para se recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também dos cristãos’, não só em benefício da catequese, mas também visando o sossego da terra.”¹⁴

Importante destacar a visão política e prática de Manoel da Nóbrega, como representante de uma geração “empenhada de alma e corpo num combate espiritual inserido numa visão católica da cultura”, que entre outras realizações propôs a fundação no Rio de Janeiro de outra cidade como a construída na Bahia, visando guardar a capitania de São Vicente e a do Espírito Santo, que se apresentavam fracas.¹⁵

Outro jesuíta de destaque foi Pe. Anchieta, que por volta de 1555, um ano após a fundação do colégio na aldeia de Piratininga, ponto mais avançado na ofensiva da catequese e da colonização, orgulhava-se dos jesuítas terem ali “uma grande escola de meninos índios bem instruídos na leitura, escrita e bons costumes”.¹⁶ Para esse trabalho, que tinha a participação de todos, Anchieta compunha canções, escrevia pequenas peças de teatro e organizava compêndios, que copiados e recopiados, se tornaram de uso corrente em quase todos os colégios.¹⁷

Deve-se observar que a formação dos padres jesuítas privilegiava tanto o aspecto intelectual como também o aprimoramento da virtude, ou seja, aprendiam o conteúdo cristão e a melhor forma de transmiti-lo.¹⁸

A Companhia de Jesus publicou, em 1599, o *Ratium Studiorum*, que serviu de norma aos colégios até a supressão da mesma, em 1773. Este programa de estudos e de lições foi elaborado lentamente, por pelo menos duas razões: a) não se tinha por objetivo impor hierarquicamente uma norma, mas sim elaborar um texto o mais próximo possível das experiências confrontadas; e b) o crescimento extraordinário da Companhia de Jesus no final do século XVI tornou mais difícil a troca de informações bem como a unificação desejada.¹⁹

Na primeira versão (1586), esse plano foi desenvolvido segundo o currículo de aulas, tratando-se de um programa de lições e de exercícios graduados que partia do curso de teologia para chegar na mais simples aula de gramática. Na segunda e terceira versões (1591 e 1599, respectivamente), o plano se desdobrava de acordo com as funções de cada jesuíta.²⁰

Entretanto, no primeiro século da colonização do Brasil, que corresponde também aos primeiros sessenta anos da ação educacional jesuítica na Colônia, no período de 1549 e 1599 (data da publicação do *Ratium Studiorum*), a ação educacional aqui desenvolvida teve por base mais a experiência nascida das condições históricas do que “uma fidelidade absoluta aos preceitos emanados da Contra-Reforma”.²¹

O padre José de Anchieta, por exemplo, contribuiu muito na conversão dos gentios, utilizando como instrumento o teatro, a serviço de Deus e o rei português, pois a prioridade e o sentido do seu teatro eram a formação de um ambiente cultural português e cristão, facilitando a conversão dos índios, ou seja, ensinando-os a “não comer carne humana, não ter mais que uma mulher e serem amigos do português e muito mais dos padres”, que cuidavam deles.²² Dessa forma, observa-se que o teatro constituiu um veículo eficaz de aculturação dos povos nativos.

Neste sentido,

A cultura indígena, não somente quanto à língua, mas na espontaneidade e variedade de suas formas, se foi lentamente substituindo, no raio de influência dos missionários, por um outro tipo de cultura, de acordo com os ideais dos jesuítas e sua concepção de vida e do mundo, idêntica para todos os povos.

Entretanto, a evangelização dos gentios encontrava obstáculos, tanto inerentes aos próprios índios (como o nomadismo) quanto relacionadas aos portugueses, que apresentavam relaxamento moral, como o concubinato com as índias, por exemplo.

Para facilitar o processo de catequese dos índios, os jesuítas adotaram o aldeamento, ou seja, a organização de comunidades distantes dos brancos, de onde vem o termo redução jesuítica.²³ O aldeamento facilitava o trabalho dos jesuítas, mas a fixação significava “transformar o índio, de caçador e coletor, em agricultor, o que acarretava uma mudança fundamental em seu gênero de vida”. A idéia de aldeamento era antiga, tendo sido recomendada pelo Regimento de Tomé de Souza como forma de separar os catecúmenos e os índios já convertidos do ambiente pagão.²⁴

Os jesuítas privilegiaram a educação dos curumins (crianças índias), uma vez que perceberam que os adultos que se convertiam, muitas vezes, não guardavam a devoção e o comportamento esperados, voltando às antigas práticas.

Os jesuítas também solicitaram ao rei que “enviasse para o Brasil alguns órfãos do rei, como eram conhecidas as crianças que ficavam sob os cuidados de instituições caridosas mantidas pela Coroa”, para que estes interagissem com “as crianças índias, de forma a aprender sua língua e ensinar-lhes a língua do branco”, o que muito contribuiu para a implantação da cultura cristã entre os indígenas.²⁵

Entretanto, o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que chegara a Salvador em 22 de junho de 1552, não aprovava, entre outras práticas, que “os meninos educados nos colégios [dos jesuítas] usassem e convertessem para o culto divino e exercícios de piedade, cantos e instrumentos musicais” utilizados pelos indígenas nos ritos pagãos, apesar de os cânticos católicos tocados com os instrumentos indígenas atraírem os nativos.²⁶

A educação dada aos curumins era restrita à catequese continuada e ao aprendizado do ler e escrever (escolas do “bê-á-bá”), observando que as primeiras letras eram necessárias para a catequese continuada.²⁷ Em outros termos, o ensino elementar era, para os jesuítas, apenas um instrumento de catequese e a base para a organização do seu sistema.

Conclusão

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loiola, tinha por meta difundir o cristianismo. Seus padres eram preparados para as missões e tinham a preocupação de entender os usos e costumes dos gentios a serem catequizados, o que incluía o domínio da língua nativa.

Neste aspecto, diferia das ordens criadas anteriormente, pois não ficavam reclusos em mosteiros, saindo para o mundo nas missões para conquistar novos fiéis, levando a religião por todos os lados.

Para catequizar, os jesuítas utilizavam como instrumento o ensino das primeiras letras, ou seja, a alfabetização e, a partir daí, chegavam à aculturação do indígena, imprimindo-lhe os costumes e crenças do homem branco.

No Brasil, não se pode negar que o trabalho desenvolvido pelos jesuítas, possibilitou domesticar uma grande massa de indígenas de Norte a Sul da Colônia, fato que veio permitir o aparecimento de grandes quantidades de aldeias e povoações, tanto no litoral, como no planalto do Brasil, que muito colaborou a implantação de uma sociedade civilizada em nosso país.

A disciplina rígida dos jesuítas muito contribuiu para se colocar um freio na sociedade portuguesa colonial em que se exigia que os costumes e a moral seguissem os padrões de honradez europeia, sendo também o parâmetro para se cobrar a conduta dos demais clérigos que aqui vieram no período colonial, buscando salvar almas para o cristianismo católico.

Notas

¹ Mestranda em História e Historiografia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá. <amanda.melissa2@hotmail.com>.

² AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6. ed. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

³ MASSIMI, Marina. A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001. p. 625.

⁴ COSTA, Célio Juvenal. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o *Ratio Studiorum*. In: PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de. (Orgs.). **Educação, história e cultura no Brasil colônia**. São Paulo: Arké, 2007. p. 29-44. p. 32.

⁵ AZEVEDO, op. cit.

⁶ RODRIGUES, Simão. As origens da Companhia de Jesus. In: BRESCIANI, Carlos (Org.). **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 9-82.

ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.
Disponível em <http://www.dhi.uem.br/qtreligiao/pub.html>

⁷ AZEVEDO, op. cit.

⁸ ABREU. J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁹ Ibid.

¹⁰ PRIORE, Mary del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

¹¹ CABRAL, Luiz Gonzaga. **Influência dos jesuítas na colonização do Brasil (século XVI)**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

¹² LEITE, Serafim apud AZEVEDO, op. cit. p. 497.

¹³ AZEVEDO, op. cit.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ CHACON, op. cit. p. 33.

¹⁶ COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima (Orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 31-44.

¹⁷ AZEVEDO, op. cit.

¹⁸ COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o império português (1540-1599)**. Tese (Doutorado em Educação). Piracicaba. 250 p. UNIMEP, 2004.

¹⁹ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

²⁰ Ibid.

²¹ FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004. p. 173.

²² CAXA apud FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004. p. 179.

²³ COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima (Orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 31-44.

²⁴ GÓMEZ, Luis Palacin. Anchieta e a evangelização. In: KONINGS, Johan (Org.). **Anchieta e Vieira: paradigmas da evangelização no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 9-28.

²⁵ COSTA; MENEZES op. cit. p. 37.

²⁶ POLANCO, Juan. Crônica da Companhia de Jesus no Brasil. In: BRESCIANI, Carlos (Org.). **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 83-216.

²⁷ COSTA; MENEZES op. cit.